

PARECER DO CONSELHO FISCAL/DEFINITORIO

Plano de Atividades, Orçamento e Mapa Investimentos - 2026

Com respeito pelas competências previstas nas alíneas a) e c) do artg. 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, o respetivo Conselho Fiscal / Definitório reuniu, no dia 12 de Novembro, pelas 17 horas, no Salão Nobre da Misericórdia, para analisar e emitir parecer sobre o Plano de Atividades, Orçamento de Exploração Previsional e Investimentos, para o ano de 2026.

Analisado o documento em causa, assim como respetivos anexos, e obtidos os esclarecimentos necessários junto da Mesa Administrativa e serviços de contabilidade, o Conselho Fiscal/Definitório ponderou o contexto e as condicionantes dele resultante, nomeadamente os conflitos internacionais e o seu eventual impacto ao nível da economia.

De realçar, em termos económicos, a atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN) em mais 5,7%, a par da previsão da taxa de inflação em 2%, na vida da Misericórdia.

Fatores que deverão ser levados em linha de conta pelo Estado Português no que ao campo da cooperação diz respeito, sendo essencial que este registe um aumento das comparticipações para as respostas sociais dinamizadas pelas Instituições de Solidariedade Social, como é o caso da Misericórdia de Arganil.

Por outro lado, o Conselho Fiscal não pode deixar de registar a necessidade de serem cumpridos os compromissos financeiros assumidos pela Misericórdia junto de entidades bancárias, aspeto que representará um esforço significativo para a tesouraria da Instituição.

Não obstante todas estas dificuldades, o Conselho Fiscal/Definitório não pode deixar de enaltecer os objetivos definidos para 2026:

- a) Manter a política de investimentos, privilegiando respostas inovadoras capazes de contribuírem para a resolução de problemas sociais, mas de igual modo contribuírem para a afirmação da Instituição no campo social e económico;
- b) Assegurar a operacionalidade das diferentes respostas sociais e serviços de apoio, procurando o reforço do seu impacto local.

No campo económico, e mais precisamente no que aos rendimentos concerne, perspetiva-se um total de cinco milhões, oitocentos e dez mil, quinhentos e oitenta e um euros (€5.810.581,00).

O incremento em mais 26% dos rendimentos previstos, face a igual instrumento do ano de 2025, é justificado pela expetativa de entrada em funcionamento do Hospital de Beneficência Condessa das Canas.

Quanto aos gastos a previsão estabelecida foi no valor de cinco milhões, setecentos e sessenta e oito mil, cento e sessenta e um euros (€5.768.161,00), representando um aumento de 32%

1

face ao previsto para esta componente no orçamento de 2025, sendo a justificação para este crescimento associado, de igual modo, à entrada em funcionamento da nova unidade e as suas repercussões nomeadamente nos custos com pessoal, sem esquecer, desde já, as atualizações decorrentes, direta ou indiretamente, do SMN.

Da ponderação entre rendimentos e gastos, a perspetiva apresentada pelo Orçamento é a de que seja possível a obtenção de um resultado liquido positivo de quarenta e dois mil, quatrocentos e dezanove euros (€42.419,00).

Quanto ao quadro de investimentos o próximo ano apresenta um total de um milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco euros (€1.255.665,00), dos quais oitocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e oitenta e sete euros (€858.687,00) serão provenientes de subsídios, e os restantes trezentos e noventa e seis mil, novecentos e setenta e oito euros (€396.978,00) resultantes de capitais próprios, ressalvando-se que o contexto terá a palavra final na concretização do mesmo.

Discutido que foi e analisada a documentação em causa, deliberou o Conselho Fiscal / Definitório, por unanimidade, dar parecer favorável à proposta de Plano de Atividades, Orçamento e Mapa de Investimento para 2026, propondo à Assembleia Geral a respetiva aprovação.

Mais considerou, ser de propor um voto de louvor à Mesa Administrativa, e serviços de apoio, pelo trabalho desenvolvido, não apenas na preparação e elaboração da documentação, mas especialmente ao planeamento desenhado para o novo exercício.

Arganil, aos 12 de Novembro de 2025

O Conselho Fiscal